

(Direitos Humanos e Educação)

O movimento “Não Venda a minha Escola”: em defesa do direito à educação pública, gratuita e de qualidade para todas as pessoas

Rebeca de Oliveira Santos Flor da Rosa¹

Débora Lauane Luz²

Adriana Medeiros Farias³

Resumo. O objetivo geral deste trabalho é analisar o movimento “Não Venda a Minha Escola” organizado pela APP-Sindicato, como parte das ações de enfrentamento político ao governo do estado do Paraná, na implementação do programa Parceiro da Escola. A pesquisa documental com apoio do método do materialismo histórico-dialético foi realizada com consulta às diversas fontes primárias e aporte teórico em autores(as) da teoria crítica, situados no campo da Política Educacional. Conclui-se que a privatização da educação pública escolar é parte dos processos de empresariamento da educação que resultam no cerceamento do direito à educação de qualidade socialmente referenciada.

Palavras-chave: Movimento Não Venda a Minha Escola; Programa Parceiro da Escola; Direito à Educação; APP-Sindicato.

Abstract: The general objective of this study is to analyze the "Don't Sell My School" (Não Venda a Minha Escola) movement organized by the APP-Sindicato, as part of the political confrontation against the Paraná state government regarding the implementation of the "School Partner" (Parceiro da Escola) program. Documental research, supported by the historical-dialectical materialism method, was conducted through the consultation of various primary sources and theoretical contributions from critical theory authors in the field of Educational Policy. It is concluded that the privatization of public schooling is part of the processes *empresariamento*, which result in the restriction of the right to socially referenced quality education.

Keywords: Don't Sell My School Movement; School Partner Program; Right to Education; APP-Sindicato.

¹Graduanda em Pedagogia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) - Bolsista de Iniciação Científica Fundação Araucária. Integrante do Grupo de Pesquisa em Educação, Estado Ampliado e Hegemonias (GPEH/UEL), e-mail: rebecca.flordarosa@uel.br.

²Mestranda em educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPEDu) da Universidade Estadual de Londrina (UEL) - Bolsista CAPES. Integrante do Grupo de Pesquisa em Educação, Estado Ampliado e Hegemonias (GPEH), e-mail: debora.lauane0@uel.br.

³Docente do Departamento de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPEDu) da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Pesquisadora Líder do Grupo de Pesquisa em Educação, Estado Ampliado e Hegemonias (GPEH), doutora em educação pela Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), e-mail: adrianafarias@uel.br.

I. APONTAMENTOS INICIAIS

O objetivo geral deste trabalho é apresentar uma análise sobre as ações propostas pelo movimento “Não venda a minha escola”, organizado e disseminado pelo Sindicato dos Trabalhadores(as) em Educação Pública do Paraná (APP-Sindicato), desde 2024, para enfrentar os problemas decorrentes da implementação do programa “Parceiro da Escola” e o processo de empresariamento da educação (Farias, 2022).

As ações realizadas pela APP-Sindicato envolvem a elaboração de materiais de campanha, cadernos de formação para a oferta de cursos e seminários para as escolas e Núcleos Regionais de Educação (NREs). Ainda, foi realizado materiais informativos, panfletos, áudios e vídeos para a comunidade escolar. Os materiais ressaltam o direito a educação pública, gratuita e de qualidade para todas as pessoas, com a intenção de “romper com a lógica do capital” (Mészáros, 2008, p.40).

Para percorrer a análise da temática, o estudo parte da seguinte questão: Quais são as ações do movimento sindical dos(as) trabalhadores(as) da educação pública para o enfrentamento do programa Parceiro da Escola e na defesa do direito à educação pública?

O programa Parceiro da Escola se insere nas políticas educacionais de base neoliberal e conservadora implementadas no estado do Paraná, pelo governo Carlos Massa Ratinho Junior (Ratinho Junior), na educação pública, com a finalidade de expandir os negócios empresariais rentáveis favorecidos pela terceirização de serviços, privatização de instituições, entre outras modalidades de transferência de recursos públicos para empresas privadas.

A justificativa do governo do estado para a contratação de empresas está no discurso de melhoria da qualidade de educação; da infraestrutura das escolas e da gestão escolar, que favorece na verdade as empresas envolvidas nos contratos públicos.

Sendo o Estado, portanto, a forma pela qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns e na qual se resume toda a sociedade civil de uma época, conclui-se que todas as instituições comuns passam pela mediação do Estado e recebem uma forma política (Marx; Engels, 2001, p.74).

Anais do II Simpósio Internacional Práxis Itinerante: Juventudes e Direitos Humanos
13 a 15 de abril de 2026, UEL – Paraná

Para tratar do tema, o texto está organizado em quatro seções. A primeira sendo a introdução do texto e seus objetivos; a segunda seção aborda a caracterização do programa Parceiro da Escola. A terceira seção apresenta as práticas organizativas realizadas pelo movimento Não Venda a Minha Escola na defesa do direito à educação pública para todas as pessoas, em especial para os adolescentes, jovens, adultos e idosos atendidos nas redes públicas de ensino estadual e por fim, as considerações finais.

II. CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA PARCEIRO DA ESCOLA

O processo de empresariamento da educação pública compreende “[...] as formas pelas quais as classes dominantes dirigem e impõem orgânica e articuladamente seu projeto estratégico de educação particular aos subalternos” (Farias, 2022, p.20). A educação pública paranaense inserida neste processo tem sido alvo de inúmeros projetos, programas e ações que coadunam com estas formas empresariais de organizar o currículo, a gestão e a formação docente.

O programa Parceiro da Escola é um instrumento político do processo de privatização em larga escala, nas formas empresariais de administrar a educação.

O programa foi elaborado no governo Carlos Massa Ratinho Junior (Ratinho Junior)⁴ e instituído pela Lei nº 22.006, em 4 de junho de 2024. O programa articula os interesses da fração burguesa empresarial de expandir os seus negócios no setor da educação básica. Para tanto, foi fulcral a direção dos aparelhos do Estado no seu sentido restrito (secretarias, departamentos, núcleos regionais de educação, coordenadorias), a direção na elaboração e implementação dessa política educacional, sob os princípios empresariais. Essa perspectiva organiza a escola como uma empresa, submetendo a gestão escolar às práticas gerencialistas, que têm preocupação exclusiva com resultados e metas com impacto nos indicadores no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

Ao contar com um parceiro privado na gestão administrativa, liberamos mais tempo para que nossos Diretores se concentrem na gestão pedagógica e na qualidade do ensino, mas também

⁴Governador do estado do Paraná pelo Partido Social Democrático (PSD) desde 2019 e reeleito em 2023.

assumimos o desafio de construir uma gestão escolar personalizada para cada instituição de ensino no programa (Paraná, s.d).

As empresas contratadas pelo Programa Parceiro da Escola, recebem “R\$ 800.00, por estudante, por mês, durante o prazo de vigência do contrato que é de 12 meses, podendo ser renovado ou não, de acordo com o cumprimento de metas estipuladas” (Chilante, *et.al*, 2024,p.7).

Desse valor pago por estudante, deveriam ser descontadas as despesas pagas pela SEED, tais como: o valor de hora-aula por professor(a) e dos(as) servidores(as) lotados(as) e em atividade na escola. Além das despesas de água, luz, gás, telefone que seriam pagos pela SEED e, ainda, eventuais alimentos fornecidos pelo FUNDEPAR (Chilante, *et al.*, 2024, p.7).

A participação empresarial no Programa foi regulamentada pelo Edital de Chamamento Público n.º 17/2024 - Parceiro da Escola, para decisão das empresas que seriam contratadas. O Edital n.º 139/2025 - GS/Seed - Relação das instituições que integrarão o Programa Parceiro da Escola; Resolução 6.589/2025 - GS/Seed, que regulamenta o processo de Consulta Pública para decisão sobre adesão ao Programa (Paraná, 2024).

No portal de notícias do Governo do Estado do Paraná, “Atualmente, 82 escolas estaduais são geridas por diretores concursados em parceria com Apogeu, Tom Educação ou Impulso” (Paraná, 2025). (Figura 1).

Figura 1 - Empresas “parceiras” do Programa Parceiro da Escola



Fonte: Consulta nas páginas digitais das empresas.

O grupo Apogeu (2000) desde 2023 atua no estado paranaense.

Em 2023 nasceu a APG GOV: que tem como missão transformar vidas na Rede Pública Brasileira – a partir de um sonho audacioso: aplicar um modelo de gestão que apoiasse o diretor pedagógico e alavancar a inovação – junto a um compromisso profundo com o desenvolvimento individual e coletivo (APG GOV, 2024).

Na página digital do governo do estado Paraná⁵ está descrito que estas “Empresas parceiras cuidam da limpeza, merenda, manutenção e segurança, deixando diretores focados no ensino”, ou seja, eles admitem que toda administração das escolas será realizada por meio de empresas privadas deixando os diretores “focados somente” no ensino.

Em consulta à página da Tom Educação (2026), destaca seus objetivos na gestão escolar: “gestão completa de RH (contratação, folha, substituições), coordenação administrativa na escola (*back-office* dedicado, incluindo infraestrutura), gestão de suprimentos, merenda, limpeza e segurança.”

A implementação do programa, inicialmente foi implementada em somente duas escolas, Colégio Estadual Aníbal Khury e Colégio Estadual Anita Canet, posteriormente o programa contemplou mais de 200 escolas no estado do Paraná. Desde o início das elaborações desse projeto de governo do Parceiro da Escola, os dados obtidos após a implementação dele, não corroboram com as promessas feitas pelo programa, de que os professores teriam mais autonomia pedagógica e não precisariam se preocupar com a gestão escolar, que seria desempenhada por empresas especializadas e isso geraria uma melhora de todo o ambiente escolar.

Desde a implementação do programa Parceiro da Escola, a equipe pedagógica vem relatando uma piora no desempenho escolar, muitos profissionais da educação estão sofrendo com as altas demandas e demissões em massa, bem como a falta de autonomia pedagógica.

Professores(as) que atuam nos colégios que passaram a funcionar neste modelo afirmam que demissões ocorrem sem motivo justo, gerando rotatividade e perda de vínculo com os(as) estudantes e as escolas. Há reclamações de salas sujas e má qualidade do preparo da merenda, porque as empresas contratam diaristas e pessoas sem

⁵Acesso em: <https://www.parana.pr.gov.br/parceiro-da-escola>

experiência com a rotina escolar. Mães denunciam a aquisição de materiais de baixa qualidade e demora na realização de consertos. (APP – Sindicato, 2025).

Mesmo com a promessa de melhoria educacional e dos processos pedagógicos, a insatisfação da comunidade escolar, demonstra os desafios da implementação do programa.

III. O Movimento Não Venda a Minha Escola

O movimento Não Venda a Minha Escola (Figura 2), surgiu em 2024 como forma de enfrentamento político diante dos ataques ao Programa Parceiro da Escola, implementado pela Lei nº 22.006, em 4 de junho de 2024.

Figura 2 – Imagem de divulgação Não Venda a Minha Escola



Fonte: APP-Sindicato (2024).

Trata-se de um movimento de luta contra a utilização das escolas públicas, como forma de gerar lucro para empresários. O governo paranaense, juntamente com empresas privadas, constrói uma coligação benéfica, isto é, o benefício da relação mercantil prioriza o capital financeiro e não a escola pública em si, sendo a educação somente um meio para que os capitalistas a utilizem como uma ferramenta de geração de lucro.

Em vídeo e materiais publicados pela APP-Sindicato⁶, com o objetivo de fortalecer e divulgar o movimento “Não venda a minha escola”, é apresentado o processo anti-democrático da consulta pública do programa Parceiro da Escola. Em tese, a consulta sobre a aprovação do programa, seria realizada para a comunidade escolar, contudo, ocorreu a dispensa da participação dos estudantes menores de 18 anos na votação, além de não terem sido divulgados o número de consultas realizadas.

A tramitação ocorreu em regime de urgência, sem debate com os(as) trabalhadores(as) da educação e os(as) estudantes. A APP-Sindicato protestou e até realizou uma greve com uma mega manifestação em Curitiba, que reuniu mais de 20 mil educadores(as). Mesmo sob protestos, o texto foi aprovado e sancionado pelo governador em tempo recorde (APP-Sindicato, 2025).

Sobre a consulta realizada, a APP-Sindicato (2022) declara que, “Como ocorreu com as escolas militarizadas, a consulta tem a intenção de conferir um fino verniz democrático a um processo autoritário, atropelado, sem espaço para o contraponto e para análises aprofundadas.”

A privatização da gestão das escolas públicas não é um processo novo é um movimento decorrente do empresariamento da educação que objetiva

[...] a direção de um projeto estratégico e do convencimento para adesão dos trabalhadores e das trabalhadoras da educação ao tipo de educação escolar que tem na empresa o modelo de administração gerencialista e de implementação das políticas educacionais, do conteúdo e da forma a serem ensinados às crianças, aos jovens e aos adultos (Farias, 2022, p. 20-21).

A escolha da escola pública como meio de disseminação desse ideário burguês empresarial é devido a produção de consenso e de “[...] controlar o processo educativo, colocando a escola sob formas de administração empresarial” (Freitas, 2018, p.103).

Apesar do movimento liderado pela APP-Sindicato se chamar Movimento Não Venda minha escola, na realidade as ações do governo e de empresas privadas não é uma relação de venda. As escolas continuam sendo públicas, e esse nome foi dado

⁶A página digital da APP-Sindicato apresenta cartilhas informativas, panfletos e cadernos de formação que reúne textos que ajudam na compreensão do processo de privatização do Programa Parceiro da Escola.

para enfatizar que este programa é uma das modalidades de privatização da educação, que favorece o lucro na venda de produtos para as escolas públicas, sejam eles, estruturais, alimentares, de gerenciamento, entre outras ações.

A escola sob o controle empresarial contribui ainda mais para a degradação da população que vem sendo manipulada pelas classes dominantes, ao ponto de que até mesmo a educação que muitas vezes é vista como a única forma de ascensão social para uma vida além da pobreza, que muitos brasileiros se encontram, perde a sua função social.

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu - no seu todo - ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja na forma "internalizada" (isto é, pelos indivíduos devidamente "educados" e aceitos) ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente impostas (Mészáros, 2008, p.33).

Dentre todas as ações de privatização da gestão escolar, outras consequências podem ser citadas para além da precarização do ensino. O programa contribui para a disseminação de desigualdade, tendo em vista que não há garantias de que as escolas selecionadas para o programa, ofereçam o ensino noturno, ou mesmo a modalidade da educação especial, pois não há garantia desses espaços, prejudicando a oferta de uma educação de qualidade (APP-Sindicato, 2022).

Ainda, não há garantias de que os alunos terão a merenda⁷, um espaço seguro e materiais adequados para seu ensino, segundo descrito na página digital do programa Parceiro da Escola no site do Governo do Paraná (2024).

O movimento "Não Venda a Minha Escola", é uma forma de resistência dos(as) trabalhadores(as) da rede pública de educação do Paraná, estudantes, funcionários e da comunidade escolar, contra a privatização da gestão das escolas públicas, de forma a conscientizar a população sobre o programa imposto pela atual gestão do governador do estado do Paraná, Carlos Massa Ratinho Junior.

O termo "venda" utilizado para o movimento, refere-se à privatização da gestão das escolas públicas, utilizado como *slogan* de divulgação e melhor

⁷ Termo utilizado pelo site do Governo do Paraná para se referir a alimentação escolar.

entendimento da comunidade escolar. Afinal, o programa busca proporcionar mais lucro para as empresas com o uso de recursos públicos. Os capitalistas quando anunciam a educação como foco das suas ações, não se importam realmente com a educação, e sim, no lucro com empreendimentos que podem render com os programas centrados nas escolas públicas.

Em geral, este trabalho apresenta o movimento Não Venda a Minha Escola, que realiza um papel importante na disseminação de informações sobre os desafios que a educação pública enfrenta e como de forma coletiva, a organização da comunidade, luta contra essas práticas hegemônicas de privatização da gestão das escolas públicas em específico no estado do Paraná. “E, por outro lado, a intervenção positiva da educação na elaboração dos meios de contrapor-se com êxito à dominação global do capital [...]” (Mészáros, 2008, p.97).

A APP-Sindicato cumpre esse papel de fomentação da luta contra a privatização de escolas públicas, e de disseminar um entendimento acessível para a comunidade sobre as ações do programa Parceiro da Escola.

IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise empreendida ao longo deste trabalho permitiu compreender que o movimento Não venda a minha Escola, liderado pela APP- Sindicato no Paraná, não representa apenas uma mobilização, mas configura-se como uma frente de resistência democrática contra a lógica mercantilista imposta à educação pública.

O estudo evidenciou que o programa Parceiro da Escola é a materialização de um projeto de governo que, sob o pretexto de eficiência administrativa e melhoria de índices, no qual transfere a responsabilidade estatal na gestão escolar, para o setor privado, transformando o direito constitucional à educação em mercadoria rentável.

Enquanto o discurso oficial promete a melhoria da infraestrutura e uma educação de qualidade, a prática revela uma realidade de precarização, a transferência de recursos públicos para empresas privadas, estimados em centenas de milhões de reais, ocorre em detrimento do investimento direto na carreira docente e na autonomia pedagógica.

Outro ponto reafirmado nesta conclusão é o papel da educação como reprodutora de desigualdades quando submetida ao ideário burguês empresarial, ao priorizar escolas que já possuem bons índices e negligenciar modalidades essenciais

Anais do II Simpósio Internacional Práxis Itinerante: Juventudes e Direitos Humanos
13 a 15 de abril de 2026, UEL – Paraná

como o ensino noturno e a educação especial, que não são "lucrativos" para o parceiro privado.

Portanto, conclui-se que a luta do movimento, Não Venda a minha escola é uma luta pela própria sobrevivência da esfera pública, o engajamento da comunidade, de pais, alunos e profissionais da educação é a única via capaz de barrar o avanço do projeto privatista no Paraná. É imperativo que a sociedade compreenda que a "gestão compartilhada" nada mais é do que a renúncia do Estado ao seu dever fundamental. A educação pública deve ser entendida como um patrimônio coletivo e um espaço de construção de cidadania, e não como uma ferramenta privatista utilizando a escola como mercadoria.

REFERÊNCIAS

APG GOV. **APG GOV**, 2024. Disponível em: <https://apg.gov.com.br/>. Acesso em: 3 abr. 2026.

APP-SINDICATO. **Não venda a minha escola**, 2024. Curitiba. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/naovendaminhaescola/?playlist=4f594e3&video=9ad2a22> Acesso em: 23 mar. 2026.

APP-SINDICATO. **10 razões para dizer não à venda da escola pública**. Curitiba, 2024. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/10-razoes-para-dizer-nao-a-venda-da-escola-publica/>. Acesso em: 23 mar. 2026.

APP-SINDICATO. **Ratinho mente: escolas estaduais na mira da privatização têm bom desempenho no Ideb**. Curitiba, 29 nov. 2022. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/ratinho-mente-escolas-estaduais-na-mira-da-privatizacao-tem-bom-desempenho-no-ideb/>. Acesso em: 23 mar. 2026.

APP-SINDICATO. **A propaganda do governo é mentirosa, alerta professor de colégio privatizado por Ratinho Jr em Curitiba**. APP-Sindicato, 2024. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/a-propaganda-do-governo-e-mentirosa-alerta-professor-de-colegio-privatizado-por-ratinho-jr-em-curitiba/>. Acesso em: 8 abr. 2026.

APP-SINDICATO. **Não é Não: comunidades escolares rejeitam, mais uma vez, programa de Ratinho Jr. que privatiza a educação**. Curitiba, 2025. Disponível em:

Anais do II Simpósio Internacional Práxis Itinerante: Juventudes e Direitos Humanos
13 a 15 de abril de 2026, UEL – Paraná

<https://appsindicato.org.br/nao-e-nao-comunidades-escolares-rejeitam-mais-uma-vez-programa-de-ratinho-jr-que-privatiza-a-educacao/>. Acesso em: 23 maio 2024.

CHILANTE, Edinéia Navarro; FARIAS, Adriana Medeiros. LIMA, Michelle Fernandes. Programa Parceiro da Escola: o que você precisa saber sobre mais uma ação privatista do governo ratinho. *In*: DENEZ, Costa Cleiton, et. al. **Não venda a minha escola**. Política educacional paranaense: a transformação da escola pública em mercadoria. Cleiton Costa Denez, et al. (org.). Paranavaí: Unespar, 2024. Disponível em: https://appsindicato.org.br/wp-content/uploads/2024/09/Caderno_textos_debates_Programa_Formacao.pdf Acesso em: 31 mar. 2026.

FARIAS, Adriana Medeiros. Conglomerado de aparelhos privados de hegemonia empresariais Lemann e sócios. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 13, n. 2, p. 735-765, 2021. DOI: <https://doi.org/10.9771/gmed.v13i2.44302>

FARIAS, Adriana Medeiros. Estado Ampliado e o empresariamento da educação pública. **Revista Trabalho Necessário**, Niterói, v. 20, n. 42, p. 1-24, 2022. DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v20i42.53532>

FONTES, Virgínia. Sobre o Estado, o capitalismo e as lutas de classe. *In*: **Capital-imperialismo, dominação e luta de classes**. Virgínia Fontes (org.). 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2025.

FONTES, Virgínia. Capitalismo filantrópico? – múltiplos papéis dos aparelhos privados de hegemonia empresariais. **Revista Marx e o Marxismo**, Niterói, v. 8, n. 14, jan./jun. 2020.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação**: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Volumes 1 e 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

MARX, Karl.; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MENDONÇA, Sônia. O Estado ampliado como ferramenta metodológica. **Revista Marx e o Marxismo**, Niterói, v. 2, n. 2, p. 27-43, 2014.

MÉSZÁROS, István. **Educação para além do Capital**. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MOTTA, Vânia Cardoso da; ANDRADE, Maria Carolina Pires de. O empresariamento da educação de novo tipo e suas dimensões. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 41, e224423, p. 1-13, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/3DnTFnDYxsY9crTsnxFzQBB/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 02 abr. 2026.

PARANÁ. **Edital de Chamamento Público n.º 17/2024 - Parceiro da Escola.** Secretaria da Educação, 2024. Disponível em: <https://www.educacao.pr.gov.br/Banner/Edital-de-Chamamento-Publico-no-172024-Parceiro-da-Escola> Acesso em: 02 abr. 2026.

PARANÁ. **Programa Parceiro da Escola tem mais de 86% de aprovação dos pais.** Casa Civil, 2025. Disponível em: <https://www.casacivil.pr.gov.br/Noticia/Programa-Parceiro-da-Escola-tem-mais-de-86-de-aprovacao-dos-pais#:~:text=O%20Parceiro%20da%20Escola%20otimiza%20a%20gest%C3%A3o,parceria%20com%20Apogeu%2C%20Tom%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20ou%20Impulso>. Acesso em: 02 abr. 2026.

PARANÁ. **Programa Parceiro da Escola.** Secretaria da educação, s.d. Disponível em: https://www.educacao.pr.gov.br/programa_parceiro_escola. Acesso em: 8 abr. 2026.

PARANÁ. **Programa Parceiro da Escola.** Secretaria de Estado da Educação. Disponível em: https://www.educacao.pr.gov.br/programa_parceiro_escola. Acesso em: 3 abr. 2026.

PARANÁ. **Parceiro da Escola.** Governo do Estado, s.d. Disponível em: <https://www.parana.pr.gov.br/parceiro-da-escola> Acesso em: 3 abr. 2026.

TOM EDUCAÇÃO. **Tom Educação,** 2026. Disponível em: <https://tomeducacao.com.br/>. Acesso em: 3 abr. 2026.